

A QUESTÃO DO ESTADO KAFKIANO SEGUNDO A PERSPECTIVA DE FRIEDRICH NIETZSCHE

Julie Leal¹ (UFPA)

Resumo: *O Processo*, de Franz Kafka, é uma obra que apresenta o Estado sob a imagem da inconstitucionalidade, uma vez que o indivíduo, Josef K., vê-se inserido em uma situação a qual se configura como um rompimento brusco do seu cotidiano, fato este que não é justificado em nenhum momento pelas esferas jurídicas. Desse modo, nota-se a ação arbitrária do Estado referente ao cidadão que, sem ter conhecimento do seu delito, é inserido em um processo que ele mesmo desconhece na sua integralidade, mas que lhe é imposto pelas vias legais. O que se evidencia, na referida obra, é a força coercitiva que o Estado detém e que, conforme o seu desejo ou finalidade, aplica-a independente de quaisquer outras justificativas. Kafka, desse modo, explicita a contradição entre aquilo que o Estado deveria ser, ou seja, o elemento regente democrático, que elabora, aplica e segue as leis, e aquilo que ele é de fato, a saber, uma instituição que age conforme a sua lógica própria, o que muitas vezes subverte os códigos por ele estabelecidos. Nietzsche corrobora com tal visão sobre o Estado. Em *Assim falou Zaratustra*, o filósofo alemão expõe a sua concepção sobre o Estado como uma instituição que visa à conquista e manutenção do seu poder, mesmo que isso signifique sacrificar um, ou alguns, dos seus cidadãos. Este trabalho visa, desse modo, estabelecer uma leitura nietzschiana do romance *O Processo*, mais precisamente no que se refere à questão do Estado e como este atua sobre o sujeito, uma vez que todo aquele que se sente oprimido ou desamparado pelo Estado, pode ser considerado como um Josef K., o que acaba por inserir a referida obra nos debates literário-filosóficos da contemporaneidade.

Palavras-chave: Questão. Estado. Kafka. Nietzsche.

Introdução:

A questão do Estado, especificamente na obra *O processo*, se configura como uma problemática que emerge de forma assombrosa e cruel na escrita de Franz Kafka. Josef K., certa manhã, é surpreendido em seu dormitório por um homem vestido em traje negro, o qual jamais tinha visto, responsável pelo anúncio absolutamente enigmático e inexplicável que dá início à obra: que K., a partir daquele momento, encontrava-se detido. Josef K., impressionado diante da constatação de que estava detido, consegue esboçar um único questionamento, e esse diz respeito ao motivo de sua detenção. Pergunta esta que ficará sem resposta por parte do agente da Lei, instruído previamente a não fornecer nenhuma informação sobre o motivo da detenção, talvez até porque realmente não dispusesse de nenhuma resposta.

Portanto, têm-se aqui os elementos que dão sustentação ao início da trama, o cidadão

¹ Julie LEAL. Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: julychris2012@gmail.com

Josef K., funcionário de um banco, que possui cargo de relativa importância dentro do mesmo, é detido por uma suposta infração, uma vez que em nenhum momento da obra fica explícito se ele cometeu ou não algum tipo de delito, e processado por isso. Os meandros do processo correm de forma sigilosa e obscura, de tal modo que K. nunca saberá do que está sendo acusado. Em outras palavras, evidencia-se a construção de um cenário em que todas as vozes devem calar diante da justiça criada e executada pelo Estado. O saber e poder são privilégios únicos da acusação, da voz do Estado que não pode ser silenciada.

Por que a voz do Estado não pode ser silenciada? Justamente porque falar da questão do Estado kafkiano é também falar na história dos silenciamentos. Sujeição dos indivíduos aos discursos e às verdades impostos pelo Estado. Ou seja, a própria dinâmica do poder estatal silencia a partir do momento em que estabelece modos precisos de controle sobre os indivíduos. Controle esse que se perfaz por meio do poder que emana das instâncias administrativas e se solidifica pelo uso exclusivo de determinados saberes.

Nesse aspecto, poderíamos pensar com Foucault, para quem o poder está em todo lugar e em todas as coisas, e que entrevê no Estado uma dessas múltiplas e convergentes instâncias de poder. As provas jurídicas, por conseguinte, encontram-se submetidas às relações de saber/poder engendradas por tais instâncias, pois “a informação penal escrita, secreta, submetida, para construir suas provas, a regras rigorosas, é uma máquina que pode produzir a verdade na ausência do acusado” (FOUCAULT, 2012, p. 39).

Pensar a questão do Estado a partir da obra *O processo* de Franz Kafka, permite-nos compreender a arbitrariedade da ação estatal sobre o cidadão Joseph K., ceifado em seus direitos mais elementares e coagido por uma força bruta contra a qual tentará, muitas vezes sem êxito, impor resistência. Friedrich Nietzsche corrobora com a visão esboçada por Kafka acerca do Estado, posto que explicita tal questão dentro dos liames do poder. Segundo Nietzsche, uma das maiores preocupações do Estado se refere à conquista e manutenção de seu poder, mesmo que, para tal, ele precise sacrificar seus próprios cidadãos.

Assim, propõe-se estabelecer uma leitura nietzschiana da obra *O processo* de Franz Kafka, dando ênfase à crítica que Nietzsche direciona ao Estado e aos dispositivos de poder² que atuam sobre o indivíduo. É importante frisar que ao se

² A crítica de Nietzsche ao Estado, nesse ponto, aproxima-se, mais uma vez, do viés adotado mais

abordar a questão do Estado kafkiano estamos imergindo em um território sombrio pois, em primeiro lugar, conforme foi dito anteriormente, não é possível tipificar o crime. Segundo, não se tem acesso aos autos de acusação e, como não é possível ter conhecimento sobre o que consta no processo, torna-se praticamente impossível elaborar a defesa. Terceiro, o advogado designado para cuidar do caso de K., é uma figura morosa e doentia e o juiz ou juízes lhe são desconhecidos. Ou seja, tudo é incerto, hermético e labiríntico no que tange ao processo.

1. No labirinto de um processo absurdo

O termo labirinto está presente, de diversas maneiras, nas mais variadas culturas. Em algumas sociedades primitivas, acreditava-se que os labirintos tenham sido desenhados para enganar os demônios, pois ao fazê-los entrar, permaneceriam encarcerados em seu interior,

“já que é muito difícil ou quase impossível sair de um labirinto” (CIRLOT, 1997, p. 273).

Em outras culturas, a simbologia do labirinto está ligada à consciência matriarcal e ao inconsciente coletivo, tal como se o labirinto transportasse o homem ao interior de si mesmo, o que ocorreria a alguns iniciados, que conseguiram alcançar o centro do labirinto. Josef K., ao contrário, não é um iniciado, e os meandros do processo o assombram de maneira tal que ele começa a se comportar como se fosse um indivíduo perdido dentro de um labirinto, para quem encontrar a saída, interpretada aqui como possibilidade de solução para o processo contra ele instaurado, vai ganhando contornos de quimera, como se fosse algo realmente impossível. Desse modo, cada vez mais, a impossibilidade de encontrar a saída do labirinto se configura como uma ameaça constante, contra a qual Josef K. não consegue encontrar refúgio:

Encurralado, o eu-kafkiano busca abrigo dentro de seu corpo. Mas aí também ele encontra um espaço estreito e incômodo, no qual não pode se sentir bem. A ameaça persiste e assalta por todos os lados

hodiernamente pelo filósofo Michel Foucault. O filósofo francês foi, em algumas elucubrações bastante significativas, influenciado pelas interpretações nietzschianas. Os dispositivos de poder que atuam sobre o indivíduo, acompanhando aqui o pensamento de Foucault, especialmente os dispositivos punitivos, passarão a ter uma função social complexa, posto que demarcados por técnicas específicas atuantes em campos mais amplos de poder.

nesse universo paranoico que é a obra de Kafka, **um labirinto** onde uma obra, um fragmento liga-se ao outro, sempre descortinando novas câmaras onde a sensação tênue de abrigo logo revela-se como mal-estar (SELIGMANN-SILVA, 2014, p. 27) [grifo nosso]

A ideia de labirinto aqui inserida, conforme vimos, enuncia com bastante sutileza não apenas a atmosfera claustrofóbica da obra *O processo*, mas desnuda o próprio estilo kafkiano, repleto de sombras, nuances e incertezas. Seus personagens, a exemplo de Josef K., ora distinguem-se, ora permanecem encobertos por uma espécie de sombra. Sombra essa que perpassa os espaços onde as ações se desenvolvem, deflagrando as sutilezas da trama e as incertezas de seus personagens. Josef K. vê-se encurralado no interior desses espaços sombrios, o que o leva a se fechar cada vez mais no interior de si mesmo. Contudo, os abismos adentram o seu próprio eu, ali se instalando de forma ameaçadora. Nada mais do que os diversos caminhos de um labirinto.

A palavra labirinto deriva de *labrys*, “o machado duplo” de Creta, e significa “casa do machado duplo”. Existem narrativas interessantes por trás da origem dessa palavra, associadas à simbologia do machado duplo. Muitas histórias antigas, especialmente aquelas ligadas aos cultos praticados pelos membros da religião minoica, que prevalecia na cidade de Creta, atestam que os machados duplos eram utilizados em rituais sagrados e em cenas de libações, sendo que os machados são considerados, para muitos arqueólogos, fetiches e símbolos de deidades³.

Sabe-se que a origem da palavra tem relação com a figura do Minotauro – responsável por guardar o labirinto de Creta, construído no palácio de Cnossos – a quem era necessário dominar para atingir o final do percurso. Logo, o mito se anuncia como um ritual de morte e renascimento. Para Josef K., o processo também se traveste em um estranho ritual no qual ocorre um confronto com a autoridade da Lei imposta pelo Estado, o que fica manifesto na fala dos guardas enviados para efetuar sua detenção:

[...] O que quer afinal? Quer acabar logo com seu longo e maldito processo discutindo conosco, guardas, sobre identidade e ordem de detenção? Somos funcionários subalternos que mal conhecem um documento de identidade e que não têm outra coisa a ver com o seu

³ Para obter maiores informações sobre assunto, consultar a obra de NILSSON, M. P.. **The Minoan-Mycenaean religion and its survival in Greek religion**. [S.l.: s.n.], 1971.

caso a não ser vigiá-lo dez horas por dia, sendo pagos para isso. É tudo o que somos, mas a despeito disso somos capazes de perceber que as altas autoridades a cujo serviço estamos, antes de determinarem uma detenção como esta, se informam com muita precisão sobre os motivos dela e sobre a pessoa do detido. Aqui não há erro (KAFKA, 2005, p. 12).

Conforme fica claro na citação acima, o autoritarismo das instâncias de poder, representadas pela figura dos guardas, meros serviçais do Estado que estão ali apenas para cumprir ordens, põe em relevo a impessoalidade e a hierarquização das relações estabelecidas entre homem, Josef K., e a máquina estatal. Tal aspecto se delineia, sobretudo, na forma de tratamento mecânica e desumana recebida pelo personagem principal em contraposição à maneira cega pela qual os guardas exaltam e conduzem os trâmites da Lei: “Nossas autoridades, [...] não buscam a culpa na população, mas, conforme consta na lei, são atraídas pela culpa e precisam nos enviar – a nós guardas. Esta é a Lei. Onde haveria aí erro?” (KAFKA, 2005, p. 12).

Deste modo, compreende-se que o autoritarismo está presente através da imposição da Lei estatal. Josef K. tentará se esquivar a tais imposições, mas logo em seguida será rechaçado pelas duras palavras do guarda, o qual afirmará de forma emblemática, que “a lei se fará sentir” (KAFKA, 2005, p. 12). Tais palavras irão reverberar por toda a obra, até o seu desfecho trágico. Nesse momento, percebe-se certa naturalidade no comportamento de Josef K. ao ouvir tal sentença. Para o leitor, a mesma afirmação soa como algo absurdo.

A situação do cidadão Josef K., perante seus algozes, torna-se cada vez mais complexa e, porque não dizer, absurda, mas não no sentido literal do termo, conforme a visão de Albert Camus sobre esse termo, o que será abordado mais adiante.

K., vê-se lançado em um labirinto de forma brusca e inesperada. Um labirinto que, pela perspectiva mítica, possui uma única entrada – o modo pelo qual K. fora intimado sobre sua detenção e processo, e deixara, por conseguinte, de ser um homem livre –, e uma série de caminhos entrecruzados que levam a becos sem saída, posto que K. viu-se conduzido pelas pessoas de forma des governada, de andar em andar, no prédio da justiça onde devia se apresentar. Tais caminhos representam uma abertura que leva ao centro do labirinto, configurado aqui como as instâncias de poder responsáveis pela deflagração e condução de seu processo.

Aqui podemos adentrar em uma teorização presente no pensamento de Albert

Camus, mais especificamente em sua obra *O Mito de Sísifo*, em cujo adendo intitulado “A esperança e o absurdo na obra de Franz Kafka”, fará uma incursão à questão do absurdo presente na obra

O processo:

Quero dizer que o sentido do romance, no caso de Kafka, é mais particular e mais pessoal. De certa maneira, é ele quem fala, é a nós que ele confessa. Vive e é condenado. Fica sabendo-se nas primeiras páginas do romance que leva adiante neste mundo e, se tenta remediá-lo, não se revela, no entanto surpreso. Ele nunca se espantará suficientemente com essa falta de espanto. E nessas contradições que se reconhecem os primeiros sinais da obra absurda. O espírito projeta no concreto sua tragédia espiritual. E ele só pode fazê-lo através de um paradoxo permanente que dá às cores o poder de expressar o vazio e aos gestos cotidianos a força de traduzir as ambições eternas¹⁰.
(CAMUS, 2010, p.78)

Para Camus, o homem vê-se condenado a viver uma existência absurda. A exemplo do que ocorre no mito de Sísifo que, conforme a narrativa, se vê condenado pelos deuses a rolar uma enorme pedra até o cume de uma montanha, e sempre que chega próximo ao topo, uma força irresistível a fazia rolar ao ponto de partida. Também Josef K. se percebe enredado pelos liames paradoxais de um processo que o coloca entre dois mundos, o mundo cotidiano e o mundo das situações nas quais o personagem é simplesmente lançado, quase sem resistência; situações estas que promovem uma quebra em seu dia-a-dia, em sua rotina, através da constatação aterradora de que daquele instante em diante, ele deixara de ser um homem livre.

A perda da liberdade é um tema caro à filosofia e uma das questões levantadas por Kafka em *O processo*. Josef K. não perdera a liberdade necessariamente por carregar uma culpa ou por estar expresso em seus atos a ideia de delito. Na verdade, o próprio narrador da obra afirma no início da mesma: “Alguém certamente havia caluniado Josef K., pois uma manhã ele foi detido sem ter feito mal algum” (KAFKA, 2005,p.7). A detenção em si manifesta-se como uma possível indicação de que a liberdade perdida está diretamente ligada à opressão da máquina estatal, burocraticamente organizada, que se impõe como uma espécie de organismo vivo na obra.

Esse organismo vivo, a saber: “the functioning of the evil bureaucratic machine in which the protagonist is unwittingly caught (ARENDRT, 2007, p. 95-97)”, demonstra

não apenas a força do aparelho burocrático, mas também sua natureza desumana e mortífera (LÖWY, 2005, p. 111). Nesse momento nos aproximamos de Nietzsche, uma vez que o filósofo lançará críticas ao Estado moderno, pelo pressuposto do problema da criação de valores. Mas que categoria de valores são esses? Para o filósofo, os valores criados e perpetuados pela sociedade moderna são contrários à vontade de poder, ou seja, contrários à afirmação da vida e à formação de homens ativos e afirmativos, conforme veremos mais à frente.

De um modo bastante peculiar, o personagem central da obra kafkiana, especialmente em *O processo*, acaba se tornando presa desse tipo de valoração que se coloca contra a vida, conforme observado pelo filósofo alemão, e tal fato já se apresenta na forma como este personagem age: Josef K. se comporta de forma natural diante de situações extraordinárias, o que não deixa de ser uma espécie de paradoxo, além de provocar um estranhamento no leitor, pego de surpresa pelo jogo de contrastes no qual o personagem encontra-se imerso.

— Retomando o que dissemos antes, Josef K., do início ao fim da obra, encontra-se no labirinto de um processo absurdo. Mas é importante frisar que todos os acontecimentos descritos na obra refletem, acima de tudo, a própria condição humana diante da Lei, do poder instituído, da força estatal que estabelece seu ritmo e mecânica. Para refletir sobre a máquina burocrática ou mecânica do poder estabelecido buscaremos dialogar com as proposições nietzschianas e sua crítica feroz ao Estado.

2. Nietzsche e a questão do Estado kafkiano

Michael Löwy divisará, nas obras de Kafka, uma dimensão completamente contrária aos poderes burocráticos e um espírito de *antiautoritarismo*. A comprovação que Josef K., nos oferece, em um sentido estreito com tais referências, versa acerca da ausência de liberdade do sujeito em um mundo absurdo, onde as instâncias de poder se fazem presentes e atuantes, amalgamando e engessando a existência do indivíduo. Para Löwy, entretanto, Kafka se posiciona contra o sistema de opressão engendrado, pois “sua visão do capitalismo como sistema hierarquizado de dominação aproxima-se do anarquismo, por sua insistência no caráter autoritário do sistema” (LÖWY, 2005, p. 28).

Se Kafka é visto por Löwy como alguém que sofre influência do anarquismo⁴, isso talvez se deva à observação do caráter contestador presente na obra do escritor tcheco. Löwy entrevê em *O processo* o levantamento de um ponto fundamental, qual seja, a questão do Estado. E se o Estado é colocado como questão, isso se dá notadamente porque todo o contexto da obra evidencia a tirania e o autoritarismo hierarquizado do poder estatal e “como seus amigos anarquistas de Praga, Kafka parece considerar toda forma de Estado existente como uma hierarquia autoritária fundada na ilusão e na mentira” (LÖWY, 2005, p. 113).

O filósofo Friedrich Nietzsche, foi um dos pensadores que mais questionou o Estado ~~moderno e seus mecanismos de~~ dominação. Em uma interessante passagem da obra *Assim Falou Zaratustra*, Nietzsche irá salientar o quanto o Estado se tornou uma peça fundamental para o aperfeiçoamento do tipo de homem pautado pela moral do rebanho⁵, momento este em que o sujeito passa a ser guiado pelo desejo de expansão e dominação da máquina estatal, e não pelos seus próprios instintos ou impulsos:

Em algum lugar ainda há povos e rebanhos, mas não entre nós, irmãos: aqui há Estados. Estado? O que é isso? Pois bem! Abri vossos ouvidos, pois agora vos falarei sobre a morte dos povos. Estado é o nome do mais frio de todos os monstros frios. E de modo frio ele também mente; e esta mentira rasteja de sua boca: ‘Eu, o Estado, sou o povo’” [...] Onde ainda existe povo, ele não entende o Estado e o odeia como mau-olhado e pecado contra os costumes e os direitos (NIETZSCHE, 2011, p. 48).

Por conseguinte, é possível compreender de que modo o Estado assume a função de

“tutor do povo”, a partir da fala de Nietzsche. O Estado moderno, pela perspectiva nietzschiana, se coloca contra os costumes e direitos; contrário à vida. Falar em Estado moderno é o mesmo que falar em anti-Estado, ou melhor, em um Estado em processo de

⁴ Abbagnano, em seu **Dicionário de Filosofia**, apresenta-nos uma conceituação de Anarquismo que se aproxima daquilo que Löwy identificou em Kafka: “Doutrina segundo a qual o indivíduo é a única realidade, que deve ser absolutamente livre e que qualquer restrição que lhe seja imposta é ilegítima; de onde, a ilegitimidade do Estado. Costuma-se atribuir a Proudhon (1809-65) o nascimento do Anarquismo. Sua principal preocupação foi mostrar que a justiça não pode ser imposta ao indivíduo [...]” (ABBANAGNANO, 2000, p. 59).

⁵ Segundo Viviane Mosé, em **Nietzsche e a grande política da linguagem**, “A cultura moderna é produto da valorização moral da vida em sociedade, como valorização, acima de tudo, do conforto, da ausência de conflito e de dificuldade. A modernidade, que é o que a modernidade quer, é o que oferece a vida em grupo [...]. O que o grupamento, no entanto, exige em troca da comodidade prometida, é a eliminação da diferença, da singularidade. A vida social produz não mais homens, mais um único rebanho” (2005, p. 122-123).

decadência. É no Estado que o homem assimila – através das imposições, como castigos, crueldade – a moralidade dos costumes.

Uma das situações mais insólitas já descritas na literatura universal, situação essa que nos permite dialogar com o contexto dos castigos e da crueldade acima descritos por Nietzsche, se encontra no capítulo quinto de *O processo*, intitulado: “O espancador”. No referido capítulo, Kafka narra uma cena em que os dois guardas anteriormente incumbidos de efetuar a detenção de K., são alvo de uma punição por parte do Estado, por supostamente terem sido denunciados por Josef. Assombrados pela possibilidade de serem torturados por um espancador designado unicamente para essa função, imploram a intervenção de K., que tenta interferir em favor dos guardas:

Se eu tivesse desejado que esses dois homens fossem punidos, não iria nesta hora querer resgatá-los. Poderia simplesmente bater esta porta aqui, sem querer continuar a ver ou ouvir nada e ir para casa. Mas não o faço porque estou seriamente interessado em libertá-los; se tivesse adivinhado que eles deviam ou mesmo podiam ser punidos, jamais teria mencionado seus nomes. De fato não os considero culpados, **culpada é a organização**, culpados são os altos funcionários (KAFKA, 2005, p. 89) [grifo nosso].

Tal passagem ilustra, com maestria, a concepção nietzschiana daquilo que o Estado, em consonância com seus artifícios mais aviltantes, pratica contra os indivíduos a ele submetidos. Tem-se aqui a figura do espancador, um funcionário colocado em uma função desumana, que o faz, a princípio, como mero cumpridor da ordem estabelecida. Seria ele mais cruel do que o juiz que determina a pena ou mais atroz que o próprio Estado? No trecho supracitado, percebe-se que a organização (o Estado) carrega uma “culpa” maior, uma vez que é responsável pela opressão do indivíduo e pela imposição de uma lógica de poder absoluto. Culpados, então, seriam os altos funcionários, representantes da lei pelo prisma dos sistemas burocráticos. K. se lança no projeto de libertação dos guardas e, mesmo não obtendo sucesso, deve-se destacar tal postura, pois demonstra sua insubmissão diante desse poder e da força desenfreada que assola a existência dos personagens.

Em *O processo* tem-se a exposição de situações-limite, indivíduos arrastados por estruturas de poder, um poder fragmentário, disperso, mas que se encontra em todas as partes. Dentro dessa estrutura, o Capitalismo e, conseqüentemente, o Estado moderno são compreendidos como “um sistema de dependências que vão [...] do alto para baixo e

de baixo para o alto. Tudo é dependente, tudo está encadeado. O capitalismo é um estado do mundo e da alma” (apud LÖWY, 2005, p.29).

Considerações finais:

A questão do Estado kafkiano, pensando com Nietzsche, representaria, em contornos bastante fortes, uma noção de Estado feroz contra a qual K. se coloca, não no sentido de sublevação, mas de uma forma mais sutil, problematizando seus métodos de propagação, seus mecanismos de controle e todo o poder arraigado que suprime e intimida o homem.

Estamos falando aqui a partir do campo dos silenciamentos. O que fora silenciado? A voz de Josef K. Assim como também, a voz de milhares de outros indivíduos, que tal qual o protagonista do romance, se veem despojados de seus direitos e liberdade. Lutar contra tal força muitas vezes significa encontrar um fim antecipado para sua existência, tal como ocorreu com K., entretanto tal atitude reflete a própria resistência do homem, seu desejo por liberdade, sua postura de desafio, que se efetua mediante as situações mais opressoras, violentas e absurdas.

Referências bibliográficas:

ARENDDT, Hannah. “Franz Kafka, Appreciated Anew”. In: **Reflections on Literature and Culture**. Edited and with an Introduction by Susannah Young-ah Gottlieb. Stanford, California: Stanford University Press, 2007

CAMUS, Albert. **O mito de Sísifo**. Tradução de Ari Roitman e Paulina Watch. Rio de Janeiro: Record, 2010.

CARONE, Modesto. **Lição de Kafka**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CIRLOT, Juan Eduardo. **Diccionario de símbolos**. Madrid: Edições Siruela, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. 40 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

KAFKA, Franz. **O processo**. Tradução e posfácio Modesto Carone. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

LÖWY, Michael. **Franz Kafka: sonhador insubmisso**. Trad. Gabriel Cohn. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2005.

MOSÉ, Viviane. **Nietzsche e a grande política da linguagem**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

NIETZSCHE, Friedrich. **Assim falou Zaratustra: um livro para todos e para ninguém**. Tradução notas e posfácio Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

NILSSON, M. P.. **The Minoan-Mycenaean religion and its survival in Greek religion**. [S.l.: s.n.], 1971.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. “O último a sair apague a luz”. In: **Cult**. São Paulo, n. 194, p. 26-29, set. 2014.

